

## Mostra conta a História do Descobrimento

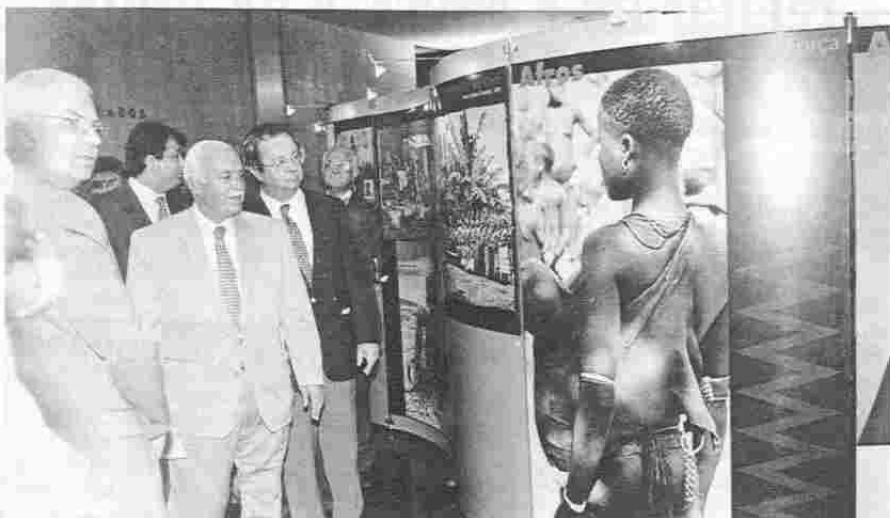
A exposição *Museu Aberto do Descobrimento* foi inaugurada ontem, no Salão Negro do Congresso Nacional, pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e pelo ministro da Cultura, Francisco Weffort. A mostra exibirá, até o dia 18 de maio, 36 painéis duplos contando a história do Descobrimento do Brasil.

Antonio Carlos Magalhães disse que a exposição é "o primeiro passo, pequeno, mas altamente significativo" das comemorações do 5º Centenário do Descobrimento. Segundo o senador, o Brasil tem de se preparar até o ano 2000 para mostrar que pode superar suas deficiências.

Uma nação se forma quando os homens que estão no poder têm coragem de enfrentar os problemas de frente. O Brasil tem tudo para chegar ao ano 2000 com mais justiça social e desenvolvimento - afirmou o presidente da Casa.

Por sua vez, Francisco Weffort considerou a exposição uma celebração "singela, mas importante", por recuperar a memória da formação do Brasil. O ministro destacou o lançamento do livro *O Brasil Renasce onde Nasce*, da Fundação Quadrilátero do Descobrimento.

Durante a solenidade, foram distribuídas mudas de pau-brasil e exemplares do livro *Invenção do Brasil*, onde vários autores escrevem sobre o Descobrimento. Também foi mostrado um vídeo com depoimentos do presidente da República, do presidente do Senado e de Francisco Weffort, entre outros. A mostra é organizada pela Fundação Quadrilátero do Descobrimento e Comissão Nacional para as Comemorações do 5º Centenário do Descobrimento do Brasil.



Antonio Carlos Magalhães e Francisco Weffort inauguram mostra sobre o Descobrimento do Brasil

## CPI cobra documento do governo catarinense

*Cópia da ordem de serviço autorizando parcelamento de precatórios vem sendo solicitada desde o início dos trabalhos, segundo relator*

Se até a próxima quarta-feira (dia 14) o governador de Santa Catarina, Paulo Afonso, não enviar à CPI dos Precatórios cópia da ordem de serviço com que ele autorizou o parcelamento dos precatórios existentes até 1988 no seu estado, será acionado pelo Ministério Público. Ao fazer ontem à noite o anúncio, o relator da CPI, Roberto Requião (PMDB-PR), lembrou que o envio desse documento está sendo aguardado desde o início dos trabalhos da comissão.

Ainda no dia 14, a CPI tomará o depoimento de Manoel Moreira Neto, diretor e acionista da Sabra Factoring, da CMA Plastics e da CMA Importação e Exportação. A

decisão foi tomada a requerimento de Eduardo Suplicy (PT-SP), Wilson Kleinübing (PFL-SC) e Romeu Tuma (PFL-SP), os quais argumentaram que essas empresas foram responsáveis pela movimentação de R\$ 750 milhões no Beron (Banco do Estado de Rondônia), provenientes em grande parte de empresas que estão sendo investigadas pela CPI.

Os senadores também informaram que no depoimento informal que Manoel Moreira Neto prestou a eles, na segunda-feira, em São Paulo, puderam constatar que "ele conhece em profundidade os fatos que estão sendo objeto de investigação pela CPI", daí por que entendem que esse

novo depoimento acrescentará importantes dados às investigações já realizadas.

Também a requerimento dos três senadores, a CPI resolveu intimar novamente para depor na próxima segunda-feira, na Polícia Federal, as testemunhas Pedro Antonio Mammana Moquedace, Sérgio Chiamarelli, Anderson Tarcitani da Silva, Dalva Gonçalves de Carvalho e Calandrini Guimarães.



Roberto Requião

**Autorizado empréstimo ao Credireal**

O plenário do Senado autorizou o governo de Minas Gerais a contratar empréstimo de R\$ 346 milhões para capitalizar o Credireal. Página 4

# CPI ouvirá dia 21 senadores que relataram a emissão de títulos

A pedido de Roberto Requião (PMDB-PR), a CPI dos Precatórios marcou para o dia 21 deste mês a audiência dos senadores que, em 1995 e 1996, relataram projetos de resolução para emissão de títulos destinados a pagamento de precatórios. Eles deverão ser ouvidos em sessão secreta, até para que fluam mais facilmente as informações relacionadas com a autorização do Senado para essas emissões, explicou o relator.

No mês passado, a CPI já havia aprovado um questionário entregue à esses senadores para que informassem, entre outros dados, em que circunstâncias trabalharam nessas emissões, quais os funcionários que os auxiliaram e se sofreram pressões para aprovar com urgência os projetos de resolução. Os questionários foram respondidos e entregues à

CPI, e a audiência do dia 21 visa apenas a esclarecer eventuais dúvidas, disse o presidente da comissão, Bernardo Cabral (PFL-AM).

Serão ouvidos os seguintes senadores que atuaram como relatores nos projetos referentes às respectivas emissões: Gilberto Miranda (São Paulo),

Carlos Wilson (Pernambuco), Eduardo Suplicy (Campinas), Beni Veras (Alagoas), Lauro Campos (Osasco), Nabor Júnior (Santa Catarina), Esperidião Amin (Campinas), Fernando Bezerra (Rio Grande do Sul), Mauro Miranda (Goiás) e o ex-senador Pedro Piva (Guaulhos).

## Secretário dá explicações

Pouco antes da reunião, o presidente da CPI, Bernardo Cabral, recebeu documento enviado pelo secretário de Finanças de Santa Catarina, Paulo Prisco Paraíso, dizendo que é incorreta a informação de que recebera depósitos da corretora Fator em sua conta bancária um dia depois das emissões de títulos em Santa

Catarina. Ele sustenta que se cadastrou junto à corretora atendendo a exigência da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para comprar ações da Telepar e da Eletrobrás no Bovespa, nos pregões de 13 e 14 de fevereiro de 1996. A corretora Fator também enviou à CPI textos explicativos dessa operação.

## Continua discussão de novas regras para medida provisória

O plenário do Senado terá hoje o segundo dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo de José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de emenda constitucional que adota novas regras para a edição e tramitação de medidas provisórias (MPs).

Ainda hoje, o plenário examinará em turno único projeto que aprova as modificações introduzidas no Convênio Constitutivo e outros regulamentos básicos do BID; o que aprova texto do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, entre o Brasil e Cuba; e o que aprova o texto do acordo relativo a um empréstimo japonês concedido aos estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para projetos ambientais, celebrado entre o Brasil e o Japão.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

**11h30** - Recebe o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Celso de Mello

**15h30** - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

### PLENÁRIO

**14h30** - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Segundo dia de discussão em segundo turno da **\*PEC nº 1/95**, que trata das medidas provisórias; e discussão em turno único dos **\*PDLs nºs 85/96**, que aprova as modificações introduzidas no convênio constitutivo e outros regulamentos básicos do BID; **14/97**, que aprova texto do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre Brasil e Cuba; **27/97**, que aprova o texto do acordo relativo a um empréstimo japonês concedido aos estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para projetos ambientais; **\*Mensagens nºs 54, 57 e 91/97**, que submetem à aprovação do Senado Federal a escolha dos nomes de diplomatas.

### COMISSÕES

**10h** - Comissão de Assuntos Sociais

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **\*PLS nº 89/96** (não terminativo), que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas; **\*PLS nº 236/95**, que cria a renda mínima na educação; **\*PLS nº 84/96**, que cria o Programa de Bolsas de Estudos e altera a Lei nº 9.131, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional; e **\*PLS nº 201/96**, que cria a Bolsa-Cidadão. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

**10h** - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **\*PEC nº 47/95**, que institui a Justiça Agrária; e **\*PEC nº 12/91**, que cria o Conselho Nacional de Justiça. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

**14h** - Comissão de Educação

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **\*PLS nº 94/96** (terminativo), que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; e **\*PLC nº 14/96** (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

**17h** - Comissão de Fiscalização e Controle

**Pauta:** Proposta de programa de trabalho para o biênio 97/98. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

**15h** - Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

**Pauta:** Apreciação do relatório do deputado Júlio Redecker ao PDL nº 19/97, que aprova o texto do Acordo que incorpora os parágrafos 4, 5 e 6 ao artigo V do Acordo para a Construção da Ponte São Tomé e São Borja, celebrado entre o Brasil e a Argentina. *Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

**Reunião de instalação de comissões mistas das seguintes medidas provisórias:**

**11h** - **MP nº 1563-4/97**, que dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

**15h** - **MP nº 1566-3/97**, que excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

**15h** - **MP nº 1531-5/97**, que dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da administração pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

**16h** - **MP nº 1569-1/97**, que estabelece multas em operações de importação. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

**17h** - **MP nº 1570-1/97**, que disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública e altera as Leis nºs 8.437/92 e 7.347/85. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

# Ademir sugere alternativas ao contrato temporário

Em debate na Comissão de Assuntos Sociais, com a presença do ministro do Trabalho, Paulo Paiva, o senador considerou que a proposta do governo fere princípios constitucionais

O projeto do Executivo que cria o contrato de trabalho por tempo determinado "fere princípios constitucionais e obriga o governo e a sociedade a buscar outras alternativas para reduzir o desemprego, entre elas o incremento da industrialização de matérias-primas, a dinamização das cooperativas e a implementação imediata da reforma agrária".

A opinião foi manifestada ontem pelo presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Ademir Andrade (PSB-PA), no

encerramento do ciclo de debates sobre a proposta do Executivo de criação de um contrato de trabalho por tempo determinado, cuja defesa foi feita pelo ministro do Trabalho, Paulo Paiva.

Emília Fernandes (PTB-RS) e Osmar Dias (PSDB-PR) também fizeram restrições à proposta. O relator, Waldeck Ornelas (PFL-BA), disse que vai examinar críticas de setores da sociedade sobre a possibilidade de precarização da CLT por força da nova modalidade de contrato.



Ademir, entre Waldeck e Paiva, conduz debate na CAS

## Alcântara elogia iniciativa do MEC de realizar "Provão"

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou ontem o ministro da Educação, Paulo Renato, que "vem dando

exemplo de alguém que tem objetivos dentro do governo". Ao destacar a realização do "Provão", o senador disse que a iniciativa revelou que as universidades federais são os melhores centros de ensino superior do país.

Na opinião do senador, quem se insurgiu contra a avaliação do desempenho do ensino público "agora sabe que as universidades públicas são as melhores". Apesar desse reconhecimento, ele fez um apelo ao governo para que adote medidas capazes de revitalizar o setor, e que "o governo tenha uma política cada vez mais consistente para o ensino superior".

O Anuário do Ensino Superior, que deverá ser divulgado pelo Ministério da Educação, é outra iniciativa do ministro Paulo Renato que foi destacada pelo senador Lúcio Alcântara.



Alcântara

## Arruda garante que não fez crítica alguma ao PFL

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, afirmou ontem não ter feito nenhuma crítica ao PFL na sua entrevista ao *Jornal do Brasil*, publicada na edição de segunda-feira (dia 5), "sobre as razões que unem os pensamentos liberal e o social-democrata, neste momento de mudanças que atravessa o país".

- Não sei por que razão, na abertura da entrevista, escre-



Arruda

veu-se que eu fazia uma crítica ao PFL, quando eu fazia justamente o inverso - afirmou ele, ao se referir à manifestação feita pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), que, "com muita elegância, rebateu essa pseudocrítica". Arruda disse que mantinha o texto. Conforme observou, "o jornal teve o mérito de, no editorial de hoje, reconhecer o texto exato da minha entrevista".

## Antonio Carlos é a favor de reeleição para todos os cargos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem, em entrevista à imprensa, ser favorável à reeleição para todos os cargos executivos - presidente da República, governadores e prefeitos.

- Sou favorável a que todos tenham o mesmo tratamento, ou seja, reeleição para todos. Mas isso não quer dizer que minha posição venha a ser vitoriosa na votação do Senado - disse.

Antonio Carlos Magalhães afirmou não ter ainda condições de avaliar qual será a tendência dos senadores quanto à idéia de se suprimir do texto da emenda constitucional as palavras "governadores" e "prefeitos", para que eles sejam excluídos da reeleição.



Antonio Carlos

## CAE recebe sugestão de aumentar prazo para matéria orçamentária

Proposta à Comissão de Assuntos Econômicos para que apresente uma sugestão de mudança na lei que trata do Plano Real, a fim de que o Senado tenha mais tempo para votar a programação monetária do governo relativa a cada trimestre, foi feita ontem pelo senador Antonio Carlos Magalhães.

A proposta do presidente do Senado foi feita durante a votação de três projetos

de decreto legislativo que aprovavam a programação monetária do segundo, do terceiro e do quarto trimestres de 96.

O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, criticou o governo por ter enviado duas programações com atraso de até 50 dias, quando a Lei 9.069/95 determina que o Congresso poderá rejeitar as propostas até o trigésimo dia do trimestre.



Jáder

# Senado autoriza empréstimo para Credireal

*Contrato de R\$ 346 milhões será realizado no âmbito do Proer e visa a capitalizar o banco para que pague aposentadorias de funcionários e cubra créditos de difícil liquidação*

O plenário do Senado aprovou ontem autorização para o governo de Minas Gerais contratar empréstimo no valor de R\$ 346 milhões junto à Caixa Econômica Federal, recursos que serão destinados a capitalizar o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Credireal) para o pagamento de aposentadorias de funcionários e a cobertura de créditos de difícil liquidação em posse do banco.

O contrato será realizado no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados (Proer), a juros mensais de 2,09125%,

com garantia da União. As transferências constitucionais destinadas ao estado de Minas Gerais entrarão como contragarantia do empréstimo, a ser amortizado em 24 prestações mensais e sucessivas.

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), encaminhou contrariamente a proposta, dizendo que Minas Gerais registrava três inadimplências, além de não ter equacionado o problema de os deputados estaduais estarem sendo remunerados acima dos limites estabelecidos pela Constituição.

O relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Waldeck Ornelas (PFL-BA), esclareceu que, antes de seu parecer favorável ser aprovado pela comissão, recebeu correspondência do Ministério da Fazenda comunicando que o governo mineiro saldara suas dívidas. Os documentos não constavam do avulso, daí o questionamento feito pelo líder da oposição.

José Fogaça (PMDB-RS) também destacou que a autorização referia-se a empréstimo-ponte, para encaminhar a privatização do Credireal.



Emília Fernandes

## Emília critica proposta de fusão de bancos

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) afirmou ontem que a intenção do governo gaúcho de reformular o sistema financeiro estadual, com a fusão do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul), do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e da Caixa Econômica Estadual, não responde "às verdadeiras necessidades do estado". A senadora informou que a proposta poderá ser votada hoje pela Assembleia Legislativa gaúcha.

Emília Fernandes é de opinião que "uma alteração desta ordem e profundidade não se faz de uma hora para outra, carecendo, ainda, de debates mais amplos envolvendo toda a sociedade gaúcha, que, além das suas lideranças políticas, deveria ser consultada por meio de lideranças de todos os setores sociais, econômicos, trabalhistas e populares".

Para a senadora, a fusão dessas instituições vai reduzir e enfraquecer o sistema financeiro público estadual, a partir da transferência de recursos de milhares de reais para bancos privados. Além desse aspecto, Emília Fernandes entende que a medida compromete o papel social das instituições financeiras públicas, especialmente em relação ao investimento, com aumento do desemprego em vários setores econômicos, a começar pelos quadros das instituições envolvidas na fusão.



Ernandes Amorim

## Amorim: venda da Ceron precisa beneficiar RO

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse ontem que concordaria com a venda da Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) à Eletrobrás, desde que os recursos arrecadados fossem aplicados na melhoria do setor elétrico do estado e em benefício da própria empresa, que, segundo o parlamentar, está falida.

Ernandes Amorim afirmou não compreender o fato de o governo federal privatizar a Vale do Rio Doce, "uma empresa lucrativa", e, ao mesmo tempo, pretender comprar a Ceron, "uma empresa falida".

Amorim também denunciou irregularidade no pagamento de R\$ 890 mil, feito pelo governo de Rondônia à agência SSP Publicidade e Propaganda, para a realização de campanhas de estímulo à doação de sangue e de prevenção à Aids e à criminalidade.

## Uberlândia pode receber financiamento da Caixa

Projeto de resolução autorizando a Prefeitura de Uberlândia a realizar empréstimo no valor de R\$ 7.385.936,96, junto à Caixa Econômica Federal, para a execução de obras de drenagem urbana e extensão de redes de águas pluviais, recebeu ontem a aprovação do plenário do Senado.

Foi rejeitada emenda apresentada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), exigindo, para a aprovação do empréstimo, que a remuneração dos vereadores seja inferior a 75% da recebida pelos deputados estaduais, conforme determina a Constituição.

O relator, senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), e os senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e Francelino Pereira (PFL-MG) destacaram que a CAE, em sua última reunião, aprovava dispositivo segundo o

qual a prefeitura deverá mover ação junto ao Ministério Público para garantir o equacionamento das remunerações do Legislativo municipal.

O objetivo, segundo Kleinübing, foi "o de não impedir que a prefeitura tenha acesso ao financiamento, mas sem facilitar a burla de dispositivos constitucionais". A seu ver, a emenda de Suplicy "é ainda mais drástica", daí seu parecer contrário.

Esperidião Amin salientou que a providência exigida pela CAE foi tomada pelo prefeito de Uberlândia, anteontem, antes mesmo de a autorização do Senado ao empréstimo ser submetida à apreciação do plenário. Segundo Francelino Pereira, a decisão da CAE foi tomada por acordo entre seus membros, inclusive o próprio senador Suplicy.

# CCJ apreciará mudanças no CMN

*Envio à comissão do projeto de Casildo Maldaner que altera a composição do Conselho Monetário Nacional foi solicitado pelo relator da proposta na CAE, Lauro Campos*

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), decidiu ontem enviar à audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei de iniciativa do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que altera a composição do Conselho Monetário Nacional e da Comissão Técnica da Moeda e do Crédito. Conforme a proposição, teriam assento no conselho monetário os ministros da Indústria, do Comércio e do Turismo e da Agricultura e os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, entre outros.

A CCJ, conforme sugeriu o relator da matéria, senador Lauro Campos (PT-DF), deverá se pronunciar sobre a constitucionalidade do projeto de lei, já que, como ele argumenta em seu parecer, assuntos relacionados ao sistema financeiro nacional só podem ser disciplinados mediante projeto de lei complementar.

A CAE também aprovou requerimento de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR) solicitando ao Banco Central análise financeira de avaliação



O senador José Serra presidiu ontem a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

do limite de endividamento do estado do Paraná, referente ao exercício de 1996, para contratação de operação de crédito.

Com essas informações, Osmar Dias pretende instruir seu parecer sobre pedido de interesse do governo paranaense para contratar empréstimo externo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de 100 milhões de dólares, visando a financiamento de parte do projeto de Expansão e Melhoria no Ensino Médio.

## REJEIÇÃO

A comissão acolheu parecer pela rejeição de projeto de lei de iniciativa do senador Júlio Campos (PFL-MT) que estende benefícios fiscais para a área educacional. O relator da ma-

téria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), alinhou, entre outros argumentos contrários à medida, o fato de que "uma parcela significativa do Imposto de Renda - 25% - já está vinculada à educação, por força do art. 212 da Constituição".

## PAGAMENTOS

Também recebeu parecer contrário da CAE projeto de autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que proíbe aos bancos recusarem, até a data do vencimento, o pagamento de tributos ou de contas de serviços públicos, mesmo que o sacado ou o portador da conta não seja correntista da instituição bancária. A matéria foi relatada pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM), para quem, se "o banco está recebendo

os valores pertencentes a terceiros, cabe a ele exigir o pagamento em espécie ou assumir o risco decorrente da aceitação do pagamento através de cheque".

Acompanhando parecer do relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), a comissão também rejeitou projeto de autoria do senador Ernandes Amorim (PPB-RO) que escalona o prazo para pagamento da dívida pública mobiliária federal.

## NOVA REUNIÃO

O presidente da comissão, José Serra, convocou para amanhã, às 10 horas, reunião extraordinária para, conforme disse, limpar a pauta, uma vez que há na comissão um estoque muito grande de projetos a serem apreciados.

## CPI realiza audiência pública em Porto Alegre

A CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), deverá se reunir no próximo dia 16 na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, para ouvir dirigentes de órgãos públicos e representantes de entidades não-governamentais ligadas à questão de crianças e adolescentes.

Na reunião de trabalho realizada ontem ficou decidido que a comissão deverá ouvir, na próxima ter-



Marluce Pinto

ça-feira (dia 13), o juiz de menores da Comarca do Rio de Janeiro, Cyro Darlan, e colher o depoimento de Vicente Paulo da Silva, secre-

tário-executivo do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Segundo a senadora Emília Fernandes (PTB-RS), também integrante da CPI, o governo e diversos setores da sociedade gaúcha já estão se mobilizando com vistas à presença dos membros da comissão na capital do estado. Ela informou que a visita da CPI ao Rio Grande do Sul está sendo coordenada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legisla-

tiva.

Emília Fernandes defendeu a realização de campanha institucional, com a participação dos membros da comissão, para alertar e conscientizar a sociedade sobre a exploração de menores e a importância da criança para o futuro do país. Essa campanha institucional, conforme disse, seria divulgada pelos meios de comunicação da Casa: TV Senado, *Jornal do Senado* e Rádio Senado.

# Codevasf pode atuar no Piauí e Maranhão

*Proposta de Freitas Neto que incorpora os dois estados à área de atuação da empresa, e muda o nome da estatal, foi aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura*



Júnia Marise

## Júnia afirma que venda de empresa deixa FHC mal diante da História

"Fernando Henrique Cardoso passa à História como o presidente que vendeu a Vale do Rio Doce, o símbolo do patrimônio nacional." Com estas palavras, e dizendo-se "indignada", Júnia Marise (PDT-MG) lamentou da tribuna, no final da tarde de ontem, a venda da estatal ao Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional.

- O governo não quis que o Senado discutisse vários projetos sobre a venda da Vale. O governo não quis oferecer à sociedade transparência na venda da Vale. Em todos os momentos do processo de venda o governo foi autoritário e agressivo com quem divergiu da privatização da estatal - disse.

Depois de citar pesquisa feita em Belo Horizonte, onde 52% da população se manifestaram contra a venda da CVRD, Júnia Marise lembrou que Fernando Henrique Cardoso chegou a declarar à imprensa "que não entendia nada de Vale".

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que "o governo obrigou o Senado a lavar as mãos no caso da venda da Vale". Para ele, o governo poderia ter colocado os dois projetos do Senado que tratavam do assunto "e poderia ter ganhado no voto", mas preferiu não colocar o assunto em votação. Já Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que a CVRD "foi vendida a preço de banana, porque o Tesouro vai receber menos de R\$ 4 bilhões".

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Freitas Neto (PFL-PI) que amplia a jurisdição da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) aos estados do Piauí e Maranhão e muda o nome da estatal para Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Fran-

cisco e do Parnaíba.

A comissão aprovou também parecer favorável, do senador Romero Jucá (PFL-RR), à emenda apresentada pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) a projeto de lei que disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias. A proposição segue agora para votação em plenário.

Foi aprovado ainda requerimento, de autoria do senador

Waldeck Ornelas (PFL-BA), solicitando a convocação do ministro dos Transportes, Alcides Saldanha, para prestar - em audiência pública - esclarecimentos sobre o projeto de expansão da malha ferroviária, interligando o país, para transportar carga pesada. Por sugestão do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), a comissão aguardará a escolha do novo ministro para definir a data da exposição.

## Dutra propõe plebiscito sobre a privatização da Vale do Rio Doce

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou projeto de lei determinando que, 45 dias após sua aprovação, seja realizado um plebiscito sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Mesmo considerando que sua proposição poderá ser denominada de "Projeto Dom Quixote", Dutra alertou que, por seu intermédio, "o Congresso Nacional terá a última



José Eduardo Dutra

oportunidade para colocar a discussão da privatização da Vale nas mãos de seus legítimos donos".

Na opinião do senador, a batalha judicial travada no

leilão da Vale só está ocorrendo porque o Congresso "abdica" de suas prerrogativas em 1990, em ato que só se compararia, em ilegitimidade, ao decreto do governo que colocou a Vale no Programa Nacional de Desestatização.

Conforme Dutra, com vontade política do governo e do Congresso, o leilão poderia ser suspenso até que o plebiscito legitimasse ou não a privatização da empresa.

## Benedita: dinheiro do leilão não resolve

O governo não vai conseguir resolver os problemas sociais do país com os recursos arrecadados no leilão de ontem da Companhia Vale do Rio Doce, afirmou a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao criticar e lamentar a privatização.

- Lamentamos profundamente que a Vale, grande patrimônio nacional, tenha sido privatizada pelo presidente da República - disse Benedita da Silva, observando que o leilão da empresa, na Bolsa do Rio, rendeu R\$ 3,9 bilhões aos cofres do governo.

### RÁDIO COMUNITÁRIA

Benedita da Silva dirigiu apelo ao ministro das Comunicações para que reabra, o mais rápido possível, a Rádio Novos Rumos, de Queimados (RJ), que teve seus equipamentos seqüestrados. Segundo a senadora, o fechamento daquela rádio comunitária foi um ato arbitrário, porque os agentes responsáveis pela operação não apresentaram mandado de busca e apreensão.

- Foi mais uma arbitrariedade cometida contra a emissora, e ela ocorre num momento

em que o ministro das Comunicações defende a democratização do setor - denunciou a senadora, para quem a regulamentação das comunicações no país precisa realmente ser agilizada.

Benedita disse que a rádio de Queimados, reaberta há dois anos, prestava relevantes serviços à comunidade da Baixada Fluminense. Ela informou que nas últimas eleições, a pedido do juiz eleitoral da região, a emissora transmitiu o programa eleitoral de todos os partidos políticos.

# Estatização acabou, proclama Jefferson

*Para o senador, a vitória dos trabalhistas nas últimas eleições na Inglaterra, "longe de sinalizar o retorno do modelo estatizante, representou, ao contrário, o seu sepultamento"*

Jefferson Peres (PSDB-AM) disse ontem que os partidos de esquerda brasileiros estão fazendo uma leitura equivocada sobre a vitória de Tony Blair, representante do Partido Trabalhista, nas eleições britânicas. A seu ver, a vitória trabalhista, "longe de sinalizar o retorno do modelo estatizante, represen-



Jefferson Peres

tou, ao contrário, o seu sepultamento".

- Tudo indica que o compromisso de Tony Blair e de seu gabinete com a economia de mercado transcenderá o simbolismo da substituição da velha bandeira vermelha pelas rosas da social-democracia europeia. O neotrabalhismo agora vê o mercado como o centro gera-

tor do dinamismo e dos recursos que permitirão, se não resgatar por completo, ao menos reduzir a proporções mais toleráveis a famosa dívida social - afirmou.

O senador previu que a esquerda brasileira vai ficar "na poeira da estrada se não entender que não há volta possível para a estatização no mundo". Para ele, "a nova bandeira que vai orientar a esquerda socia-

lista, social-democrata e pós-comunista rumo ao século XXI é a de um capitalismo com face humana".

Jefferson Peres afirmou que "os ideais generosos e eternos da esquerda humanista sobrevivem no tempo presente sob a forma de uma nova agenda positiva em prol da integração das oportunidades educacionais e de aperfeiçoamento profissional contínuo".



Francelino Pereira

## Francelino destaca saga de Rosa com o vaqueiro Manuelzão

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) homenageou ontem o vaqueiro Manuelzão, falecido na segunda-feira, figura que inspirou o personagem homônimo de Guimarães Rosa.

Francelino Pereira destacou que, com a ajuda de Manuelzão, Guimarães Rosa "revelou ao Brasil e ao mundo o universo rural e poético, a parte brasileira esquecida da urbanização emergente, mas extremamente rica de histórias e lendas comoventes, que retratam a simplicidade e a inteligência do sertanejo".

De acordo com o senador, Guimarães Rosa conviveu com Manuelzão e suas boiadas durante 45 dias de exploração dos sertões de Minas Gerais, como "um simples agregado de sua tropa". Ele lembrou que o material recolhido permitiu ao escritor concluir o romance *Sagarana* e escrever *Corpo de baile* e *Uma história de amor*.

## Freire foi "ministro da Educação da Humanidade", diz Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que a obra do educador Paulo Freire tornou-o "um ministro da Educação da Humanidade", visto que ele ensinou pessoas em todo o mundo, "sobretudo aqueles que sofriam opressão".

- O método de Paulo Freire tornou possível aprender não só a ler e a escrever, mas também a compreender o sentido das palavras, possi-



Eduardo Suplicy

bilitando a transformação de um ser oprimido em um cidadão pleno - frisou Suplicy.



Artur da Távola

## Távola reverencia memória de Eduardo Mascarenhas

Artur da Távola (PSDB-RJ) exaltou ontem a memória do ex-deputado federal Eduardo Mascarenhas (PSDB-RJ), que morreu semana passada, no Rio de Janeiro, destacando a personalidade, a inteligência e o papel de Mascarenhas na implantação de uma nova política no país.

Mascarenhas "ocupou lugar próprio no Brasil e na admiração de pessoas de mente aberta e sem preconceito, ajudando a psicanálise e iluminando a política nessa difícil fase de transição de final do século, das idéias da esquerda clássica para as da esquerda moderna", disse o senador.

Para Távola, "concordando ou discordando de Eduardo Mascarenhas, dava prazer ao espírito e à inteligência vê-lo nas diatribes". Ele destacou seu "ar altaneiro, o tom afirmativo e algo arrogante, a total coragem de entregar-se ao que acreditava".

## Benedita afirma que país deve muito ao pedagogo

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) homenageou ontem o educador Paulo Freire, falecido no último dia 2. Para ela, o Brasil "deve muito" ao pedagogo, cuja obra merece a reflexão de todos. "O genial professor, o notável filósofo da educação foi um exemplo de fé e otimismo, deixando sua contribuição na história, nas mentes e nos corações", afirmou.

Benedita disse que adotou o método Paulo Freire de alfabetização de crianças e adultos quando foi



Benedita da Silva

professora de escola comunitária no morro do Chapéu Mangueira. Nessa oportunidade, assinalou, pôde constatar a excelência do "método revolucionário de pedagogia que correu o mundo".



Mauro Miranda

## Mauro sugere linha direta da União com os municípios

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu ontem o fortalecimento das cidades brasileiras, argumentando ser indispensável uma "linha direta" que exclua intermediários, restringindo à União o papel de prover e fiscalizar as ações do poder público nos municípios.

Mauro destacou as ações do ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, na extinção da Ceme e do Inan - transferindo seus encargos para estados e municípios -, e do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, descentralizando os recursos da merenda escolar.

O senador citou ainda o projeto de lei, de José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR), que transfere para os municípios a execução da política de reforma agrária.

Em aparte, o relator do projeto de Andrade Vieira, senador Osmar Dias (PSDB-PR), informou ter apresentado requerimento à Mesa solicitando a tramitação em conjunto de todas as propostas referentes ao tema.

# Valadares quer saber tudo sobre a CPMF

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) re apresentou ontem requerimento à Mesa, a ser encaminhado ao ministro da Saúde, solicitando esclarecimentos sobre quanto o ministério já arrecadou com a cobrança da CPMF.

O senador considerou "muito resumida" a resposta dada pelo ministro Carlos Albuquerque a requerimento en-



Valadares

viado anteriormente.

Antonio Carlos Valadares argumenta que o Senado Federal precisa saber "da verdadeira destinação" dos recursos provenientes da cobrança da CPMF, bem como se a União

também alocou verbas para o ministério desenvolver suas atividades junto ao SUS (Sistema Único de Saúde).



Ney Suassuna

## Ney Suassuna propõe banco da microempresa

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou ontem projeto de lei que cria o Banco da Microempresa (Bamisa), para fomentar o cooperativismo, em todas as formas, e incentivar a criação de emprego e renda no país. O Bamisa, conforme o senador, terá o papel de agente de seleção dos projetos e dos setores produtivos a merecerem sustentação financeira, e também apoiará a execução desses projetos.

Ney Suassuna entende que o Bamisa poderá garantir continuidade na implementação de projetos de longo prazo de maturação, eliminando as interrupções motivadas por mudanças de governo, no âmbito federal, estadual ou municipal.

A instituição, observou o senador, se constituirá em instrumento para o acesso de segmentos cada vez mais amplos da população brasileira à economia de mercado, abrindo espaço para a retomada do ritmo de crescimento econômico e possibilitando "a reversão do quadro de pobreza absoluta que aflige grande parte da população do país".

## Hollanda destaca o novo modelo gerencial da saúde

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) elogiou a programação do governo federal para a melhoria do sistema de saúde no país, ao comentar os documentos "Ações e Metas Prioritárias" e "Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde", recentemente publicados pelo ministério.

Joel de Hollanda afirmou que as medidas "configuram um novo sistema gerencial", que, principalmente, altera o atual modelo de favorecimento do "desperdício e da má qualidade dos serviços".



Joel de Hollanda

O senador destacou a criação do Sistema Nacional de Auditoria, que integra as auditorias médica e contábil, para "garantir a avaliação e o controle de serviços e a fiscalização permanente da aplicação de recursos em todas as instâncias do sistema de saúde".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES GERALDO MELO, RONALDO CUNHA LIMA, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES E ANTONIO CARLOS VALADARES E PELAS SENADORAS BENEDITA DA SILVA E JÚNIA MARISE

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella  
**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho -  
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)  
 - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social** - Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Divulgação e Integração** - Helival Pitos  
**Diretor do Jornal do Senado** - Flávio de Mattos  
**Diretor da Agência Senado** - José do Carmo Andrade  
**Editores** - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
**Diagramação** - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho  
**Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy  
**Revisão** - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro  
 Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.